

Dossier: O Futuro da Europa

## **Alemanha – de parceiro privilegiado a *free rider***

Anne-Marie Le Gloannec

O anti-americanismo sempre existiu na Alemanha, mesmo que de forma mais mitigada do que noutros países europeus, mas as actuais posições políticas do governo alemão e as declarações proferidas durante a campanha eleitoral levantam uma questão pertinente: estaremos perante uma mudança significativa na política externa alemã?

Em 1988, George Bush ofereceu à República Federal da Alemanha, então ainda Alemanha Ocidental, uma parceria na liderança. Uma década depois, George W. Bush entra em choque com a Alemanha reunificada. O pai queria estabelecer uma relação privilegiada com o país que considerava ser o mais poderoso da Europa. O filho vê na Alemanha um pilar do anti-americanismo. Em ambos os casos, falham – ou falharam – o alvo. Nem a Alemanha é um país poderoso na Europa – e agora ainda menos do que há dez anos –, nem o seu anti-americanismo é mais forte do que era antigamente.

O anti-americanismo sempre existiu na Alemanha. Sem recuar até poetas românticos famosos como Heine ou Rilke, ou escritores conservadores como Thomas Mann, ou ao odiável anti-americanismo da era Nazi, quando a América era igualada a decadência, o anti-americanismo tem raízes fortes na Alemanha do pós-Guerra. Não sendo certamente tão profundo como o anticomunismo, encontrava-se particularmente nos círculos da extrema-esquerda neutralista e terceiro-mundista, que considerava o capitalismo igual ao comunismo para os rejeitar a ambos, uma corrente que, aliás, também se encontrava noutros países, como França e a Itália. Mas na Alemanha era, de facto, particular, pois a tendência para fazer equivaler os dois blocos fazia soar a ideia de uma cultura germânica e de uma via germânica, entre o Leste e o Ocidente. Nos anos da Guerra Fria, o anti-americanismo encontrou expressão na oposição ao rearmamento da Alemanha, ao estacionamento de armas e nos movimentos contra a guerra: das grandes manifestações contra a Bundeswehr, no início dos anos 50, ou contra o estacionamento dos mísseis de cruzeiro nos anos 80, às manifestações contra a Guerra do Golfo, a guerra no Kosovo ou, agora, uma possível guerra contra o Iraque.

No entanto, anti-americanismo, pacifismo e posições contra a guerra não são certamente sinónimos, mesmo se o anti-americanismo encontrou de facto abrigo nos movimentos pacifistas e nas posições contra a guerra – que foram, em parte, manipulados por facções pró-soviéticas. A contrario, o anti-americanismo está mais espalhado em países como a França, onde o pacifismo praticamente não vingou desde o final da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, a opinião pública alemã tem sido muito mais pró-americana do que outras opiniões públicas, como a francesa, em particular, o que se baseia na «libertação» do país pelos Estados Unidos, bem como na esmagadora presença cultural americana no país, no pós-Guerra. Nem o anti-americanismo nem o americanismo, no entanto, invadiram os escalões políticos ou culturais mais elevados – por oposição ao caso francês, não dominam a retórica ou a acção política.

O que é particularmente estranho nos recentes desenvolvimentos é a utilização do anti-americanismo por políticos de topo durante a campanha, de Gerhard Schroeder a Herta Däubler-Gmelin – certamente mais deliberado da parte de Schroeder, mesmo que o Chanceler até tenha sido moderado na escolha das palavras. Isto levanta necessariamente a questão mais vasta da posição da Alemanha. Qual o objectivo do actual governo? E qual é o ponto de partida? George Bush pai ofereceu à Alemanha a parceria na liderança. Mas, vale a pena questionar se o país poderia ser líder. Nos anos até à reunificação, certamente que não, manietado que estava pela divisão do país e pela necessidade de importar a sua segurança dos Estados Unidos. Nos anos após a reunificação, libertou-se desses constrangimentos e permitiu-se participar nas chamadas intervenções out of area, como os ataques contra a Sérvia em 1999. 1999 foi um *annus mirabilis* para a acção diplomática e militar alemã. Pela primeira vez, participou numa operação de quasi-guerra contra outro país, negociou o fim das hostilidades, mediando entre a Sérvia, a Rússia e a Finlândia, e desenhou o chamado Pacto de Estabilidade para os Balcãs. Estaremos perante uma manifestação de crescente capacidade de liderança ou trata-se do aproveitamento de uma oportunidade singular por parte de um país debilitado?

Até ao momento, ainda não é possível tomar uma decisão. Por um lado, a Alemanha tem mais créditos políticos, fruto da sua capacidade de manter relações de longo prazo com diversos países, particularmente através das suas fundações políticas, e de distribuir, ou seja, de demonstrar que pode ser um parceiro de confiança (como se pode ver, por exemplo nos planos Fischer para os Balcãs e para a resolução da questão palestiniana). Por outro lado, está num momento de fraqueza económica que a actual coligação não

parece preparada para superar e a sua incapacidade para encontrar soluções para os problemas económicos que afectam a Alemanha é preocupante por duas razões. Primeiro, o país não tem dinheiro para cumprir planos alemães ou europeus – militares, por exemplo.

O orçamento de defesa representa apenas 1,7% das despesas totais, os investimentos estão atrasados, as forças armadas estão nos limites; se o governo alemão quisesse participar numa guerra contra o Iraque, não o poderia fazer. Segundo, sublinha um problema mais geral de paralisia do governo alemão: se o Chanceler não se coibiu de chamar à Alemanha “grande potência” (eine grosse Macht, um conceito diferente de Grossmacht, um conceito do século XIX que se poderia traduzir anacronicamente pelo termo super-potência) – e foi o primeiro Chanceler a fazê-lo –, não parece preparado nem mesmo disposto a dar ao seu país os meios para mobilizar e projectar poder. Pode-se acrescentar que, de uma forma geral, a actual coligação não parece seguir um rumo bem definido. Abundam os exemplos de hesitações, contradições e falta de firmeza, desde o Pacto de Estabilidade que, uma vez lançado, não recebeu muita atenção do ministro dos Negócios Estrangeiros, à política europeia, onde a defesa do federalismo contrasta com ataques à Comissão, e ao descrédito político, com os apelos populistas ao pacifismo e ao anti-americanismo deste Verão.

Ao anunciar, antes de qualquer acção ou decisão, que o seu governo não participaria numa guerra contra o Iraque – pense-se o que se pensar sobre a guerra, a sua legitimidade, eficiência ou falta dela – o Chanceler Schroeder prejudicou a cooperação internacional e a diplomacia nacional por três razões. Primeiro, prejudicou a credibilidade do Conselho de Segurança da ONU – se bem que tenha sido ainda mais prejudicada pela atitude de G. W. Bush de “ou fazem isto ou...”. Segundo, prejudicou a cooperação europeia na medida em que não consultou os seus parceiros antes de proclamar a sua posição. Terceiro, limitou seriamente a margem de manobra da diplomacia germânica. A margem de manobra da diplomacia alemã ficou muito limitada, pois diminuiu as ligações com Washington e a posição alemã foi tomada mesmo sem ter em consideração a política de Bagdad. Quanto à cooperação europeia, a ausência de consultas com os parceiros e a forma como a posição foi definida não levou a pressões frutuosas.

Assim, a famosa cultura alemã de multilateralismo foi posta em causa, sem quaisquer benefícios óbvios – para além de atrair votos para a coligação. E, em vez de demonstrar capacidade de liderança, a Alemanha joga sozinha. A questão é agora dupla. Primeiro, é uma característica da actual coligação ou um indicador de alteração do papel da Alemanha

na Europa e no mundo, nos próximos anos? E, segundo, existe espaço para a cooperação europeia, após a eleição? Ambas as questões são de difícil resposta. É certo que a Alemanha não pode ser o único país acusado de falta de cooperação, Depois do 11 de Setembro, todos os grandes países europeus demonstraram uma gritante falta de cooperação: cada um respondeu por si, se bem que todas as respostas tenham sido similares. Em relação à possível guerra contra o Iraque, cada um está a responder isoladamente e as respostas são muito diferentes. Se a Alemanha não é caso único nos diminutos gastos com a defesa – a maioria dos países europeus segue a mesma linha, com as exceções do Reino Unido e talvez da França, onde o governo está a aumentar o orçamento da defesa – pode-se, no entanto, deplorar que o governo alemão não seja mais dinâmico, mais decisivo, mais europeu na sua política externa.